

Montoro nega outra vez: ainda não escolheu o novo prefeito.

59

O problema será resolvido até o dia de sua posse. Quanto aos nomes já citados, são "meras especulações", garante.

O governador eleito Franco Montoro não confirmou os entendimentos dentro do PMDB para a escolha do futuro prefeito de São Paulo — e garantiu que o partido lutará "até o fim" para que o cargo seja preenchido



Arquivo

através de uma eleição direta. "Examinar qualquer outra alternativa significaria esvaziar essa proposta" — esclareceu ontem, em Brasília, o futuro governador, depois de manifestar sua confiança na aprovação da emenda Mauro Benevides, que restabelece o critério.

Montoro admite, no entanto, que há possibilidade de a emenda ser rejeitada. "Mesmo assim, o povo de São Paulo vai escolher seu prefeito", prometeu, embora não tenha esclarecido o tipo de sistema que será adotado. De qualquer forma, Montoro adiantou que até o próximo 15 de março o problema da Prefeitura paulistana estará resolvido — mas classificou como "meras especulações" os nomes que vêm sendo cogitados para o cargo. "Porém, são todas versões respeitáveis", disse, referindo-se aos já mencionados nomes dos deputados Mário Covas, Samir Achoa, Severo Gomes, Horácio Ortiz e até Orestes Quércia.

Quanto à anunciada demissão de 20 mil funcionários contratados pelo atual governo durante o período pré-eleitoral, Montoro explicou que "esse número é inseguro" e que só será definitivo depois de sua posse, quando suas secretarias tomarem conhecimento da verdadeira situação desses servidores.

Apesar de a área pedessista ter recebido com cautela o anúncio das demissões, o chefe da Casa Civil, Calim Eid, voltou ontem a rebater tal atitude: "Ou Montoro está de má fé ou muito mal-informado, porque não existem contratações políticas".

A contestação veio ontem mesmo, através do porta-voz de Montoro, jornalista Quartim de Moraes. "A desfaçatez com que o senhor Eid faz uma declaração dessas só pode ser comparável com o caradurismo com que ele pretende ignorar o resultado das eleições", disse. "Entre outras coisas, a expressiva vitória de Montoro representou um veemente repúdio dos paulistas à série interminável de desmandos administrativos cometidos nos últimos quatro anos pelo governo do qual o senhor Eid parece ser o porta-voz mais credenciado."

Dops e greve

A suspensão do convênio entre o Dops e o governo de São Paulo foi recebida por Montoro como um "ato de desrespeito" à autonomia do Estado e à vontade da população. "Mas certas medidas tomadas pelo governo federal representam uma represália aos homens de oposição que foram eleitos", observou. Ainda assim, Montoro adiantou que o objetivo de sua equipe de governo é modificar a forma de atuação dos órgãos policiais de São Paulo: "Vamos obrigar a que sejam respeitados os direitos humanos e evitar qualquer tipo de violência".

Montoro observou ainda que vai se entender diretamente com os trabalhadores que venham a fazer greve no Estado. E lembrou que manterá o mesmo comportamento que adotou quando foi ministro do Trabalho, deputado e senador, "procurando um entendimento para que haja uma solução socialmente justa". E anunciou: "Não haverá repressão contra possíveis grevistas. A greve é um direito legítimo".

Para contornar os problemas sociais que as demissões nas indústrias automobilísticas poderão trazer, Montoro tem um plano: incentivar a construção de ônibus elétricos e locomotivas e, para isso, pretende reativar uma fábrica de locomotivas de Araraquara que está sendo obrigada atualmente a demitir seus empregados por falta de encomendas.

O problema maior, Montoro reconhece que será conseguir uma reforma tributária — um compromisso assumido por quase todos os governadores eleitos. "Essa reforma não poderá ser feita para tirar recursos de São Paulo ou outro Estado qualquer", advertiu. "Seria para devolver aos Estados e Municípios parte do que é arrecadado pela União em seus territórios. Afinal as populações vivem nos Estados e Municípios e não na União, que fica com mais de 60% da arrecadação".

Cultura

Tão logo o nome do deputado Pacheco Chaves foi divulgado como possível ocupante do cargo de secretário da Cultura, começaram os primeiros protestos. Ontem, treze entidades representativas de músicos, cineastas, escritores e artistas lançaram um manifesto de descontentamento, frisando que ainda aguardam que Montoro decida continuar um diálogo iniciado em 20 de janeiro, quando recebeu uma lista tríplice sugerindo nomes para preencher o cargo: José Mindlin, Fernando Moraes e João Batista de Andrade.

A nota sugere que a nomeação de Pacheco Chaves transformaria a área da Cultura novamente "em objeto de manipulação política" — salientando, no entanto, que a lista de nomes não exclui outras alternativas que o próprio Montoro poderia apresentar depois de uma consulta às entidades.

Esta é a segunda vez que Pacheco Chaves provoca protestos. A primeira foi quando o deputado teve seu nome cogitado para a Secretaria da Agricultura: as entidades de trabalhadores rurais manifestaram seu desagrado.